

Um imperativo político

Nos últimos tempos, tem trafegado na contramão da moralidade da República ora um motorista, ora uma secretaria, quando não um assessor de prefeito identificado apenas como "magro e de bigodes". Desta feita a denúncia bateu no outro pretendente à segunda caneta da República. O senador Guilherme Palmeira deve uma explicação primeiro à sociedade brasileira e depois a seus correligionários. Há quase dois anos o Brasil vestiu-se de preto para que ficasse bem clara a repugnância nacional por um modo específico de "fazer política". O cansaço com este *estilo* é tanto que até a militância petista avisou não bastar ser candidato do PT para ter *salvo-conduto* que dispense a necessidade de "parecer honesto". Agora, a mensagem de cansaço nacional chegou ao candidato à Vice-Presidência pela

coligação PSDB/PFL/PTB.

Os sinais comprometedores começam a avolumar-se além do que seria politicamente correto. Falar de descuido, de desatenção com assinaturas de quem pretende ser vice-presidente só depõe contra o pretendente ao cargo. Não se trata de um único documento. As denúncias cobrem verbas do Orçamento de 1993 para hospital (superfaturado) que deveria estar pronto há três anos, mas não saiu do chão (quem, em que Executivo, é responsável?), para duas rodovias que ainda não transportaram ninguém e para o mercado municipal de Arapiraca. A emenda assinada pelo senador Palmeira é três vezes maior do que o pedido do prefeito da cidade. Todas as obras quase sempre beneficiam a mesma construtora (algum Executivo também deve ser apontado). Não são as duas aposentadorias (de

deputado estadual e assessor parlamentar, ambas legais) e os dois depoimentos no gabinete petista que prejudicam a imagem do candidato. Há algo mais.

A moralidade da República não pode andar em malas. Nem em Buritis, nem em Arapiraca. É preciso

ter consciência exata do que está em jogo. Repetir a longa agonia imposta pelo senador Bisol, prejudicando todo o esquema eleitoral do candidato Fernando Henrique Cardoso, é mais tolice que teimosia. Fernando Henrique não tem exibido nas pesquisas do Nordeste o mesmo desempenho obtido no Sul do País, evidenciando que a contribuição alagoana do senador Pal-

meira não tem o peso que se estimava. Temer por alguma ofensa à condição de alagoano se pedir o cargo é não ter presente a densidade eleitoral do Estado. Renúncia sem dúvida é decisão de foro íntimo. Mas muitas vezes é imposição de uma campanha nacional. O PT precisou lembrar o seu candidato, depois de um mês de desgaste, dessa verdade. Em política quem cria problemas não é o correligionário e sim a oposição.

O senador Palmeira deve lembrar que criar problemas à chapa é tarefa da oposição

esquecer isso. O senador Palmeira tem o dever de renunciar para não prejudicar o esforço de renovação representado pela candidatura da coligação que se formou entre PSDB, PFL e PTB para tentar dar novos rumos à política.